

Dúvidas sobre privatização de energia

por Maria José Quadros
de Salvador

A pesar de ter conseguido desenvolver um sistema elétrico razoavelmente eficiente com base na energia hidrelétrica, o Brasil tende a substituir essa fonte pela energia termelétrica, hoje adotada por boa parte do Primeiro Mundo, se a privatização do setor vier a ser feita de forma indiscriminada. O físico Luís Pinguelli Rosa, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, não só afirma que isso vai acontecer como aposta que a energia no País vai ficar muito mais cara.

“Estamos vivendo um fenômeno semelhante ao que ocorreu com a energia nuclear na década de 70. Os fabricantes de usinas termelétricas interessadas na privatização estão com as prateleiras cheias de equipamentos, inclusive de combate à poluição que essas usinas produzem”, disse ele.

O aumento de tarifas viria como resultado dos altos custos com combustíveis e com a operação das termelétricas, que, embora levem vantagem das hidrelétricas quanto ao custo de implantação, perdem de longe nesses outros itens. Junto com tudo isso, haveria uma pressão de outros países, com ênfase nos parceiros do Brasil no Mercosul, para que o País aumente o preço de suas tarifas de energia, consideradas, de acordo com Pinguelli Rosa, “irritantemente baixas”.

Ele defende como prioritária a participação de empresas privadas no setor elétrico, sem que isso implique obrigatoriamente a venda das companhias existentes. Essa participação deveria voltar-se para a expansão do sistema, com a formação de novas empresas, que poderiam utilizar outras fontes de energia que não a hídrica. Os Estados Unidos, que têm dentro de seu setor público mais potência instalada do que todo o Brasil — o que para aquele país equivale a 16% de toda a energia gerada — nunca venderam uma empresa pública de energia elétrica, comentou.

De qualquer forma, o que o governo brasileiro não deve fazer, recomendou o especialista, é desregular o setor elétrico, em particular o sistema hídrico, para evitar a concorrência entre empresas e o desmantelamento de todo o complexo.

Outra questão que para ele deve ser pensada com mais cuidado é a do petróleo. A atuação de empresas estrangeiras que entrem no setor precisa estar subordinada às diretrizes da Petrobrás, já que não há tempo hábil para constituir uma empresa ou órgão público para cuidar do assunto. “Não se deve, em nenhuma hipótese, colocar a Petrobrás em competição com as grandes empresas internacionais do setor. Isso seria estupidez”, aconselhou.

“Nesse sentido, ele considera adequados os modelos adotados pela Venezuela e pela Noruega, nos quais as empresas estrangeiras em atuação naqueles países estão subordinadas às estatais nacionais de petróleo. Tudo isso, para Pinguelli Rosa, teria de ser exaustivamente discutido, mas o atual governo se mostra fechado a esse tipo de debate. “Tive maiores oportunidades de discutir sobre energia durante o governo militar do que no governo de Fernando Henrique Cardoso”, lamentou.

Ele se queixa de que os economistas do governo se mostram inaccessíveis, os debates só se realizam com os consultores do Banco Mundial e quem não reza cegamente pela cartilha do neoliberalismo é considerado um “idiota”, que não merece ser ouvido. “No Brasil de hoje, não há nenhuma política energética. A energia passou a se subordinar à política econômica, eu diria a uma ideologia econômica, a do neoliberalismo, cujos axiomas não podem ser contestados”, criticou, observando que atualmente existem apenas determinações de política econômica sobre energia, que a tratam como um simples bem, uma commodity, quando a questão é muito mais complexa. ■